



# Anais da Assembléia

N.º 107

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**

2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**

3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**

4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 17.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1995  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas e quinze minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Joelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessutti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Renato Adur e Toti Colaço (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há expediente a ser lido.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 51 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 008/95, que dispõe sobre a criação dos Centros de Convivência de Mulheres e dá outras providências. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 008/95

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Regulamenta os incisos II e III do art. 215 da Constituição do Estado do Paraná, instituindo os Centros de Convivência de Mulheres, que constituem-se de casas destinadas a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos em decorrência de agressões ou ameaça por parte de seus maridos ou companheiros.

Parágrafo Único - Nos Centros de que trata esta lei será garantido a infraestrutura necessária para acolher também os filhos menores de 14 (quatorze) anos.

Art. 2º - Os Centros de Convivência de Mulheres deverão possibilitar às mulheres:

I - localização de sua problemática no interior do contexto social e de sua realidade familiar;

II - a escolha do que for mais adequado em sua situação, objetivando proporcionar uma vida melhor para si e sua família.

Art. 3º - São consideradas elegíveis para ingressar nos Centros as mulheres, sós ou acompanhadas de seus filhos menores de 14 (quatorze) anos, vítimas de violência que:

I - estejam correndo risco de vida ou sob ameaça de agressões físicas;

II - declarem não dispor de outro local onde possam abrigar-se;

III - não apresentem problema de saúde que impeçam a convivência em grupo.

Parágrafo Único - As mulheres consideradas não elegíveis em face do não preenchimento do requisito previsto no inciso III deste artigo serão encaminhadas, pelo setor de triagem dos Centros, à instituição de saúde, a fim de receber o devido acompanhamento médico, levando-se em consideração a situação de vítima de violência.

Art. 4º - O encaminhamento aos Centros de Convivência de Mulheres será feito:

I - pelas Delegacias de Polícia ou Distrito, no ato do registro de queixa policial;

II - por órgão público;

III - por procura direta da mulher.

Parágrafo Único - Nos casos dos incisos I e II, as mulheres deverão se fazer acompanhar de competente relatório.

Art. 5º - Os Centros de Convivência de Mulheres de que trata esta lei constarão, além de outros definidos em sua regulamentação, de serviços de Psicologia e Assistência Social, aos quais caberão proceder

Curitiba, quarta, em 30.08.95

a triagem e acompanhamento dos casos e aconselhar a liberação ou não das mulheres acolhidas.

Art. 6º - Os Centros de Convivência de Mulheres devem prestar os seguintes serviços:

I - assistência social e psicológica, visando a reintegração sócio-psicológica das mulheres;

II - apoio jurídico para acompanhamento e defesa processual;

III - saúde;

IV - oferta e disponibilidade de empregos;

V - garantia de segurança de vida para as mulheres sob ameaça;

VI - apoio à locação de imóveis;

VII - apoio e assistência aos filhos menores de 14 (quatorze) anos.

Art. 7º - Os Centros de Convivência de Mulheres ficarão sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

§ 1º - Será instalado, prioritariamente, um Centro de Convivência de Mulheres em cada região administrativa do Estado;

§ 2º - A instalação dos Centros de Convivência de Mulheres em número mínimo que atenda o disposto no parágrafo anterior se dará no prazo de um ano a contar da publicação desta lei.

Art. 8º - Os Centros de Convivência de Mulheres serão administrados por conselhos diretivos compostos por:

I - 02 (dois) representantes da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família;

II - 02 (dois) representantes dos movimentos de mulheres, por estes indicados.

Art. 9º - As mulheres que buscarem apoio dos Centros de que trata esta lei serão encaminhadas a fim de proceder o registro de notícias crimes junto às Delegacias da Mulher.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com projetos correlatos a nível municipal e federal.

Art. 11 - Os recursos para implantação dos Centros de Convivência de Mulheres serão assegurados no orçamento para o exercício de 1996.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.08.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 241/95, que declara de Utilidade Pública o Abrigo São Vicente de Paulo, com sede e foro na Cidade de Cascavel. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 241/95

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Abrigo São Vicente de Paulo, com sede e foro em Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/95, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a adoção da tabela e reajusta, conforme especifica, a partir de 1º de agosto de 1995, os vencimentos dos servidores ativos e inativos e serventuários do Poder e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F... SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Doutor Camargo, o imóvel situado na Avenida Ivaí, nº 498, transcrito sob os números 12.723 e 12.724, do Livro 3-L, de 17/09/71, do Cartório de Registro de Imóveis - 1º Ofício, de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 83, de 29.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 266/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Joel Coimbra, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Doutor Camargo, imóvel situado naquele município.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, analisando se tratar de matéria de caráter autorizatório, não encontrou nenhum óbice para a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, somos pela aprovação da presente proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 266/95

P A R E C E R:

Por ser matéria de caráter apenas autorizatório, não encontramos nenhum obstáculo para a tramitação normal da solicitação do ilustre Deputado Joel Coimbra, quanto à doação de um terreno por parte do Poder Executivo ao Município de Doutor Camargo.

Desta forma, somos de parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 22.08.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
MILTON PUPPIO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 287/95, de autoria dos Deputados Joel Coimbra, Anibal Khury e Marquinhos Alves, que dispõe sobre a reversão de imóveis ao patrimônio do Município de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 91, de 08.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 287/95

P A R E C E R:

O plano de lei em exame, de autoria dos Deputados Joel Coimbra, Anibal Khury e Marquinhos Alves, dispõe sobre a reversão de imóveis ao patrimônio do Município de Maringá.

Os imóveis foram recebidos em doação com encargo, isto é, o Estado do Paraná deveria edificar nos imóveis uma unidade escolar. Portanto, existe na escritura pública uma cláusula de reversão que o Município de Maringá está invocando e por acordo entre as partes será lavrada nova escritura pública mediante a qual os bens novamente passarão a integrar o patrimônio do Município de Maringá, sendo que o novo uso especial dos bens públicos será a construção de um Núcleo Integrado de Saúde para atender a zona sul da cidade.

Analisando a matéria sob os aspectos de competência desta Comissão Permanente, consideramos necessários reparos na redação da matéria em exame e emitimos nosso parecer favorável ao Projeto de Lei n° 287/95 condicionado à aprovação do substitutivo apenso.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EMERSON NERONE - Relator

PROJETO DE LEI N° 287/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Chefe do Executivo Estadual autorizado a anuir na escritura pública de reversão das datas de terras n° 01, com 449,01 m²; n° 28, com 514,40 e datas n°s 02, 03, 04, 05, 06, 07, 22, 23, 24, 25, 26 e 27, cada uma com 450,00 m², todas da quadra 60, do Jardim Iguazu, da Cidade de Maringá, Estado do Paraná, com área total de 6.363,41 m², ao patrimônio do Município de Maringá, tendo em vista o descumprimento dos prazos e finalidades estipulados na escritura pública de doação outorgada pelo Município de Maringá em favor do Estado do Paraná, em nove (09) de setembro de 1990.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) EMERSON NERONE

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 287/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em questão, de autoria dos ilustres Deputados Anibal Khury, Joel Coimbra e Marquinhos Alves, objetiva a reversão de imóveis ao Município de Maringá.

Considerando que os imóveis de que trata o presente projeto foram doados ao Estado do Paraná pelo Município de Maringá com o fim específico de, ali, ser construída uma unidade escolar que atenderia a região de Borba Gato, Jardim Iguazu e proximidades e, posteriormente à doação, o Estado construiu uma Escola Estadual no Conjunto Residencial Inocente Vila Nova Júnior, na mesma localidade, que passou a atender a demanda da região, como relatam seus autores, desapareceu aquela necessidade, não justificando mais a destinação que motivara a doação. Nada mais justo e coerente que se proceda a reversão, para que a Prefeitura de Maringá possa atender aquela população, agora na área da saúde, construindo, naqueles imóveis, o Núcleo Integrado de Saúde.

Assim analisando e entendendo que a reversão objeto do presente projeto de lei, vem ao encontro do interesse daquela comunidade e, não encontrando óbice legal, este relator vem emitir o parecer desta Comissão, favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 06

Curitiba, quarta, em 30.08.95

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a "Associação Cultural e Beneficente Paz, Amor e Caridade", com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 96, de 16.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 310/95

P A R E C E R:

O plano de lei em exame, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, declara de Utilidade Pública a "Associação Cultural e Beneficente Paz, Amor e Caridade", com sede e foro nesta Capital.

Os requisitos na Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que normatiza a declaração de Utilidade Pública, estão presentes na matéria em epígrafe, motivo pelo qual, dentro da competência desta Comissão Permanente, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 310/95.

Sala das Comissões, em 29.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Apoio ao CAIC, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 98, de 17.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 320/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em questão cumpre o preceituado pela Lei nº 6.994, de 10.01.78.

Com efeito trata-se de entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivos específicos auxiliar o CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente).

Esta relatoria não encontrou qualquer óbice para sua normal tramitação, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável. É o relatório.

Sala das Comissões, em 29.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº

045/95, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera a redação do art. 1º da Resolução nº 15/93, de 30 de setembro de 1993. (Município de Palmeirinha). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 102, de 24.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 045/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Resolução nº 045/95 de autoria do Deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º da Resolução nº 15/93 de 30.09.93 (Município de Palmeirinha), promulgado por esta Casa de Leis, autorizando a realização de plebiscito.

O TRE adiou a consulta popular para que esta Assembléia Legislativa do Paraná se manifestasse com relação à matéria, pois o Município de Guarapuava, através do seu prefeito, solicitou a suspensão do plebiscito por estar contido na descrição do distrito desmembrante o Fortim Atalaia, marco histórico de Guarapuava que não poderia ser desmembrado, sob pena de quebra da continuidade e unidade histórico-cultural do ambiente urbano. O Fortim Atalaia é o marco inicial de Guarapuava, a partir do qual ocorreu todo o seu desenvolvimento histórico.

O Deputado autor Cezar Silvestri apresentou, então, um novo memorial descritivo, excluindo do território do futuro município a área da Fazenda Atalaia, onde o Fortim Atalaia está situado.

A partir desta correção, nos manifestamos favoravelmente à realização de plebiscito na referida área, a ser desmembrada de Guarapuava.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 324/95.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 266, 287, 310 e 320/95;

e do Projeto de Resolução nº 045/95.

Levanta-se a sessão.